



CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PERU: UMA PAUTA A SER DISCUTIDA NA COMUNIDADE LATINA

Mariana Almeida de Lima¹

RESUMO

A educação superior no Peru desempenha um papel crucial no desenvolvimento educacional e no avanço socioeconômico do país, já que o sistema de ensino superior peruano é composto por diversas instituições, incluindo universidades públicas e privadas, que oferecem uma ampla gama de cursos e programas acadêmicos. O governo peruano tem trabalhado para fortalecer a qualidade e a acessibilidade do ensino superior, buscando promover a pesquisa, a inovação e a formação de profissionais altamente capacitados, mas enfrenta desafios significativos que impactam sua eficácia e equidade. Entre esses desafios estão a disparidade de recursos entre as instituições, a falta de acesso igualitário em diferentes regiões do país e a necessidade de melhorar a qualidade do ensino. Além disso, questões como a burocracia administrativa e a inadequação dos currículos para atender às demandas do mercado de trabalho também são preocupações. Diante disso, este estudo de ordenamento bibliográfico busca detalhar o ensino superior disponibilizado no Peru, país vizinho do Brasil, a fim de possibilitar um maior conhecimento sobre as formas de organização e aspectos históricos.

Palavras-chave: Educação Superior; Desenvolvimento Educacional; Peru.

ABSTRACT

Higher education in Peru plays a crucial role in the country's educational development and socioeconomic advancement, as the Peruvian higher education system is made up of several institutions, including public and private universities, that offer a wide range of academic courses and programs. The Peruvian government has been working to strengthen the quality and accessibility of higher education, seeking to promote research, innovation, and the training of highly skilled professionals, but it faces significant challenges that impact its effectiveness and equity. Among these challenges are the disparity in resources between institutions, the lack of equal access in different regions of the country, and the need to improve the quality of education. In addition, issues such as administrative bureaucracy and the inadequacy of curricula to meet the demands of the labor market are also concerns. In view of this, this bibliographic organization study seeks to detail the higher education available in Peru, Brazil's neighboring country, in order to enable a greater knowledge about the forms of organization and historical aspects.

Keywords: Higher Education; Educational Development; Peru.

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade Candido Mendes (2013) Pós Graduação em Direito Imobiliário pela PUC/RJ (2017) Pós Graduação em Direito Notarial e Registral pela LFG (2018) e mestrado em Direito pela Universidade Candido Mendes (2020). Atualmente é tabeliã e registradora do estado do Amazonas - Tribunal de Justiça do Amazonas.



INTRODUÇÃO

A educação superior no Peru, apesar de avanços significativos, ainda enfrenta uma série de desafios que demandam atenção e ação contínua. A disparidade de recursos entre instituições de ensino é uma preocupação central, impactando a qualidade do ensino e a infraestrutura disponível para os estudantes. Essa desigualdade muitas vezes se reflete na oferta de cursos e oportunidades de pesquisa, contribuindo para disparidades regionais no acesso à educação superior.

Além disso, a falta de acesso igualitário à educação superior persiste como um problema significativo. As áreas rurais muitas vezes enfrentam dificuldades na disponibilidade de instituições e na acessibilidade financeira, limitando as oportunidades para os jovens que desejam prosseguir com seus estudos. A necessidade de políticas que busquem equidade e inclusão torna-se evidente para mitigar essas disparidades e garantir que todos os segmentos da população tenham acesso justo à educação superior.

Outro ponto relevante é a questão da qualidade do ensino e sua adequação às demandas do mercado de trabalho. A revisão e atualização constante dos currículos, a promoção de práticas pedagógicas inovadoras e a integração de competências profissionais são áreas cruciais para aprimorar a formação oferecida nas instituições de ensino superior no Peru. A necessidade de estreitar a colaboração entre as instituições de ensino e o setor produtivo surge como uma estratégia eficaz para alinhar a educação superior com as demandas do mercado.

Enfrentar esses desafios requer uma abordagem holística e coordenada, envolvendo o governo, as instituições de ensino, a sociedade civil e o setor privado. Iniciativas voltadas para a melhoria da infraestrutura, a promoção de programas de bolsas e financiamentos, a revisão constante dos currículos e a ênfase na pesquisa e inovação são elementos fundamentais para fortalecer a educação superior no Peru. Ao abordar essas considerações de maneira integrada, o país poderá avançar na construção de um sistema educacional superior mais equitativo, acessível e capaz de atender às demandas de uma sociedade em constante evolução.



Portanto, este estudo almeja detalhar o ensino superior disponibilizado no Peru, país vizinho do Brasil, a fim de possibilitar um maior conhecimento sobre as formas de organização e aspectos históricos. Para isso, trabalha seções com os seguintes temas: *Partindo Do Passado Para Chegar Ao Presente e Desafios Peruanos No Ensino Superior Em Tempos Recentes*.

PARTINDO DO PASSADO PARA CHEGAR AO PRESENTE

Ao longo da história republicana do Peru no século XX, constatou-se através de inúmeras análises e diagnósticos que o país apresentava lacunas intransponíveis em matéria educacional, pois foi objeto de análise de intelectuais de destaque como Mariátegui (2003) que afirmou que o problema do ensino não pode ser bem compreendido em nosso tempo se não for considerado um problema econômico e um problema social. O autor ainda cita que:

[...] o problema do analfabetismo indiano acaba por ser, em suma, um problema muito maior, que ultrapassa o quadro restrito de um plano meramente pedagógico (...). O ensino fundamental não redime moral e socialmente o índio. O primeiro passo real para a sua redenção deve ser abolir a sua servidão (MARIÁTEGUI, 2003).

Segundo Mariátegui (2003), esta era considerada uma tarefa a ser levada a cabo pelos sucessivos governos, tendo em conta que, de acordo com o modelo econômico prevalecente, a sua implementação era um grande obstáculo. Assim sendo, enquanto uma série de reformas das estruturas económicas não forem propostas e, portanto, refletidas num benefício óbvio para a população peruana, mais cedo ou mais tarde isto poderá levar a um surto social com consequências imprevisíveis.

Especificamente durante a *Oncenio de Leguía*, as políticas populistas do presidente incentivaram a formação de diversos movimentos sociais que acabaram superando as expectativas de controle que o regime os queria indicar (CONTRERAS; CUETO, 2007), razão pela qual se infere que a classe estava insatisfeita, apesar do investimento em infraestruturas que o Governo estava a desenvolver.



Por outro lado, durante o governo de Manuel Odría, batizado como *Oche-nio*, cujo lema era “saúde, educação e trabalho”, foi criado o Serviço de Educação Cooperativa Peruano-Norte-Americana, que foi financiado e apoiado pelos Estados Unidos para o desenho das políticas educacionais no (CONTRERAS; CUETO, 2007) num claro desejo de conter a instigação do protesto social devido ao aforismo dominante da cena política no país (WRAY; KINMAN, 2022).

De tudo isto se poderia deduzir que os postulados mariateguistas em 1928 teriam um efeito em cadeia na ideologia das futuras classes dominantes do país, como aconteceu em 1968 com a ascensão ao poder do Governo revolucionário das Forças Armadas na pessoa de Juan Velasco Alvarado, em cujo governo tentaram expressar esse desejo de transformar a educação peruana quando em 21 de março de 1972 foi promulgado o DL 19.326 e com ele começa a mais importante reforma do sistema educacional ocorrida no Peru.

Essa reforma teve início em 1969, quando mais de 100 especialistas foram nomeados para formar a Comissão de Reforma Educacional (CRE) e tinha como principal tarefa trabalhar em um projeto de reforma que deveria modernizar o sistema educacional do país (AGUIRRE; DRINOT, 2018) e resultou na publicação em 1970 do documento Reforma da educação peruana: Relatório geral sobre a reforma da educação, que na época também era chamado de Livro Azul.

Porém, na conjuntura da época, consolidou-se um governo que buscava acabar com as diferenças de classe e, portanto, acabar com a discriminação educacional à qual apenas uma elite tinha acesso. Deste modo, nesta Reforma Educacional, o governo de Velasco Alvarado incluiu a criação de universidades privadas. começou, mas a medida não se sustentou por muito tempo; na verdade, no final da década de 1980, foram abertas 11 novas universidades privadas.

Já na década de 80, Benavides et al. (2015) afirma que, desta forma, quando a Lei Universitária 23.733 foi promulgada em 1983, o investimento nas universidades públicas foi reduzido, enquanto uma novos centros de estudos superiores foram criados.

Ao revisar a estrutura da educação peruana no final do século, observa-se que a universidade peruana não está imune a este problema, pois um setor de elite foi quem a acessou em um aumento progressivo na criação da mesma



e sua liberalização subsequente no governo Fujimori em 1996, quando foi promulgada a Lei DL 882 para a Promoção do Investimento na Educação.

Embora existam muitos argumentos para enfatizar o interesse económico do Estado como fator destas políticas, é necessário ter em conta que um ano antes da promulgação do DL 882, foi criado um órgão de fiscalização da qualidade das universidades: o Conselho Nacional Conselho de Autorização e Funcionamento de Universidades (CONAFU).

DESAFIOS PERUANOS NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS RECENTES

Neste contexto, o país e as novas ideias reformistas exigem que o Estado tenha uma presença mais ativa e, por que não, reguladora. Por isso surge a seguinte questão: Por que é importante estudar a regulação estatal na universidade pública peruana? Porque não é importante apenas estudar a regulação estatal na educação, mas especificamente na universidade pública peruana. Colocando-se no contexto; Benavides et al. (2015) mencionam:

[...] desde a promulgação do DL 882, e apesar da ação “regulatória” da Conafu, ocorreram dois eventos que reconfiguraram as características do espectro das universidades no Peru. Em primeiro lugar, um bom número de universidades criadas por lei anterior ao DL 882 cumpriam este regulamento, muitas delas sob o regime de sociedade anónima, que permite o benefício económico – a partir dos lucros gerados – dos seus associados. Além disso, este mesmo decreto permitiu a criação de inúmeras universidades, quase todas sob o regime de sociedades anónimas, o que reflete os fins empresariais para os quais foram criadas. Assim, em maior ou menor grau, um bom número de universidades no Peru orienta o seu funcionamento e a oferta educativa pelo mercado e pelo lucro, o que leva a uma diminuição da qualidade e da atividade de investigação, e até a uma reconfiguração da oferta de carreiras (BENAVIDES et al., 2015, pág. 21-22, *tradução nossa*).

Nas atuais circunstâncias das universidades públicas, da autonomia universitária e da gestão pública das suas autoridades, foram dadas duas importantes regulamentações, como a edição do Decreto Supremo n.º 016-2015 MINEDU Política para a garantia da qualidade do Ensino Superior Universitário e a Lei Universitária n.º .30220, que propõe a criação de uma Superintendência



Nacional de Ensino Superior Universitário (SUNEDU, 2017) vinculada ao Ministério da Educação, que no parágrafo segundo do artigo 13 diz:

Compete também à SUNEDU, no âmbito de sua competência, fiscalizar a qualidade do serviço educativo universitário, incluindo aquele prestado por entidades ou instituições que, por regulamentação específica, estejam habilitadas a conceder graus e títulos equivalentes aos prestados pelas universidades; bem como supervisionar se os recursos públicos e os benefícios concedidos pelo quadro jurídico às universidades foram atribuídos para fins educativos e de melhoria da qualidade (SUNEDU, 2017, *tradução nossa*).

É por isso que Rogers (2022) afirma que a solução para o problema descrito da universidade peruana na década de 90 tem sido a fundação de universidades numa magnitude que em vários casos excede em muito as taxas de crescimento dos países desenvolvidos, sem se preocupar com o conteúdo e a qualidade do ensino. Por outro lado, Cuenca e Reátegui (2016) afirmam que:

Do nosso ponto de vista, havia três hipóteses de mudança que estiveram por trás da decisão de liberalizar a oferta educativa universitária. A primeira foi que com a participação privada seria possível ampliar a oferta e, portanto, a cobertura universitária. A segunda era que, como consequência da primeira, o acesso ao ensino superior seria democratizado; Ou seja, mais jovens de todos os estratos económicos estudariam na universidade. Por fim, assumiu-se que o mercado seria um regulador eficaz da qualidade deste serviço, em que a concorrência excluiria as más universidades (CUENCA; REÁTEGUI, 2016, p. 6, *tradução nossa*).

Assim, o ensino superior seria um motor de mudança nas sociedades do mundo desenvolvido, mas isso não ocorreu no Peru porque junto com a criação de universidades públicas e privadas, os parâmetros de ingresso nelas também foram flexibilizados. É afirmado que:

Na verdade, a percentagem de candidatos admitidos em universidades privadas manteve-se em torno de 75% na última década. Isto, aliado ao facto de no mesmo período o número de candidatos a estas universidades ter triplicado (de 68.533 em 2000 para 204.283 em 2009), torna difícil pensar que o processo não tenha sido acompanhado de uma descida dos critérios de seletividade. (CUENCA; REÁTEGUI, 2016, p. 18, *tradução nossa*).



De acordo com o exposto, entende-se que deve haver uma natureza regulatória que também será entendida como controle político do governo no poder. Tudo isto leva a levantar outras questões que permanecem por resolver, tais como: só a norma pode trazer verdadeira mudança? ou talvez dependa também da sua implementação ou, finalmente, que a sociedade entenda que é necessária uma verdadeira mudança entre os seus atores: universidade, estudantes e professores, para alcançar mais do que uma licença, mas uma educação de qualidade que represente capital social e económico para o futuro (UZHEGOVA; BAIK, 2022).

Por isso, menciona-se um novo conceito no que diz respeito à concepção da qualidade da educação nas pessoas, o capital humano, conforme mencionado por Gautier (2012) quando afirma que destacar os principais argumentos de uma das teorias que ligam economia e educação, ao a do capital humano, por ser este o mais importante no atual debate sobre os fundamentos do ensino superior e, logo, o principal critério para estabelecer um conceito da sua qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, deve-se concluir que, no Peru da década de 90, durante o regime de Alberto Fujimori, havia um grande interesse na privatização da educação pública porque era o que prevalecia numa economia de mercado liberal, como a que existia no Chile e sua educação universitária que deixou seus graduados “hipotecados” para o futuro e também foi a receita das grandes organizações multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para restaurar o crédito ao Peru após o fracassado mandato de cinco anos de Alan García.

Por outro lado, o socialismo ao estilo peruano que Juan Velasco tentou impor com uma grande reforma educacional, embora fosse uma proposta inovadora para a época, não teve seguimento e foi desmantelado na 2ª fase do Governo Revolucionário. Sendo esta uma política educacional que não foi articulada com os governos seguintes.

Por fim, atualmente em discussão e debate no Congresso da República os projetos de lei que propõem restaurar a autonomia universitária e a



institucionalidade das universidades peruanas, que em fevereiro deste ano obtiveram apoio majoritário na primeira votação da representação nacional, tendo difundido a ideia ou preconceito de que isso retornaria ao sistema da Assembleia Nacional de Reitores (ANR) que administrava a universidade peruana e que iniciou um processo de reestruturação do sistema de ensino superior universitário, que atingiu duramente o sistema anterior, conseguindo encerrar a ANR e o Conselho Nacional de Autorização de Funcionamento de Universidades (CONAFU) por um Grupo de Trabalho em 31 de março de 2015 (CONDORI, 2020).

Desde a promulgação da Lei Universitária 30.220 e com a SUNEDU como órgão interveniente oficial do Estado em assuntos universitários, a autonomia nestes sete anos foi violada e isso é na opinião da Associação Nacional de Universidades Públicas do Peru (ANUPP) e da Associação de Universidades do Peru (ASUP), como única organização que reúne universidades públicas e privadas no Peru, fez com que as universidades, para obter licença institucional para continuar operando e cumprindo a lei, perdessem sua autonomia acadêmica e administrativa desde que o SUNEDU intervém em quase todos os processos descritos acima (TAEYEON; WEINER, 2022).

Refira-se que a fiscalização e o controle do Estado sobre o ensino superior universitário público esbarram na autonomia universitária, que deve ser preservada no espírito do exercício da gratuidade e na capacidade de gestão das suas autoridades sem atingir os vícios e incoerências da anterior ANR. Isso não foi uma garantia de qualidade acadêmica e administrativa em termos de supervisão e controle de qualidade da universidade peruana, mas que o ensino superior universitário no Peru exige que aqueles que realizam os processos de avaliação em conformidade com as condições básicas de qualidade (CBC) pelas universidades, elas não são dirigidas ou executadas por servidores e funcionários que não conhecem ou possuem os graus e títulos que o sistema exige dos professores universitários para o exercício de suas funções, mas que esses funcionários do órgão de controle (SUNEDU) não são obrigados a fazê-lo (ROGERS, 2022).

Também foram constatadas irregularidades em alguns processos de licenciamento de diversas universidades privadas, conforme detalhado em relatório preliminar da Comissão de Educação do Congresso da República em 2020, o que levanta suspeitas sobre a idoneidade desses trabalhadores que deveriam garantir independência e asseio. seu trabalho e da SUNEDU em geral.



Vendo por todos os lados, os problemas são diversos e recorrentes e ainda assim a sociedade peruana pede que as universidades no Peru se consolidem e possam transcender além das fronteiras (KEDRAKA et al., 2022), mas ignoram a universidade. Na busca de soluções para esses problemas, ela nada mais faz do que negar a possibilidade de que sejam eles que tenham um papel ativo nele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIRRE, C.; DRINOT, P. **La Revolución Peculiar: repensando el gobierno militar de Velasco**. Instituto de Estudios Peruanos. 2018.

BENAVIDES, M., LEÓN, J., HAAG, F.; CUEVA, S. **Expansión y diversificación de la educación superior universitaria, y su relación con la desigualdad y la segregación**. Grade. 2015.

CONDORI, H. **Nivel de conocimiento de la ley universitaria 30220 y la gestión del capital humano en docentes de la Facultad de Educación de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos**. Universidad Peruana Cayetano Heredia. 2020.

CONTRERAS, C.; CUETO, M. **Historia del Perú Contemporáneo**. (4a. Ed.). Instituto de Estudios Peruanos. 2007.

CUENCA R., **La (incumplida) promesa universitaria en el Perú**. Instituto de Estudios Peruanos. 2016.

GAUTIER, E. **Masificación y calidad de la educación superior**. En R. Cuenca (ed.), Educación superior, movilidad social e identidad. Instituto de Estudios Peruanos. 2012.

KEDRAKA, K., KALTSIDIS, C., RAIKOU, N.; KARALIS, T. Considerations for University Pedagogy: Distance Learning One Year After the Covid-19 Pandemic Outbreak. **Journal of Education and Training Studies**, 10(3), 1-13, 2022.



MARIATEGUI, J. C. **7 ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Biblioteca Amauta. 2003.

ROGERS, L. K. Is **Role Change Enough?** District Organizational Supports for Principal Supervision. *Educational Administration Quarterly*. 2022.

SUNEDU. **Informe bienal sobre la realidad universitaria en el Perú**. Superintendencia Nacional de Educación Superior Universitaria. 2017.

TAEYEON, F.; WEINER, J. Negotiating Incomplete Autonomy: Portraits from Three School Principals. *Educational Administration Quarterly*. 2022.
<https://doi.org/10.1177/0013161X221080374>

UZHEGOVA, D.; BAIK, C. Internationalisation of higher education in an uneven world: an integrated approach to internationalisation of universities in the academic periphery. *Studies in Higher Education*, 1(13), 847-859, 2022.

WRAY, S.; KINMAN, G. The psychosocial hazards of academic work: an analysis of trends. *Studies in Higher Education*, 1(12), 771-782, 2022.